



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

3º Quadrimestre de 2016.

Salvador, 23 de fevereiro de 2017



Secretaria da Fazenda

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

GOVERNADOR

RUI COSTA

SECRETÁRIO DA FAZENDA
MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA
JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO

CHEFE DE GABINETE
ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

**COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE FINANCEIRO**
ROBERVAL LOPES LIMA

DIRETOR DO TESOURO
ARLINDO LUIZ DE SANTANA JÚNIOR

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA
MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Sumário

1. Introdução	04
2. Receita	04
3. Despesa	09
4. Resultado Orçamentário.....	11
5. Limite de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.....	11
6. Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	12
7. Despesa com Ações e Serviços de Saúde.....	13
8. Restos a Pagar	13
9. Resultado Primário.....	13
10. Dívida Pública	14
11. Conclusão	15
12. Glossário	17

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

1. Introdução

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia no exercício 2016, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados em valores nominais, de forma resumida, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edições de 28 de janeiro de 2017, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

2. Receitas

Detalhamento	Previsão Atualizada 2016	Realização - Janeiro a Dezembro				Em Mil Reais
		2016	Previsão Atualizada (%) Realizado	2015	Variação Nominal (%) 2016/2015	
Receitas Correntes	36.758.524	36.930.595	100,47	34.786.961	6,16	
Receita Tributária	20.768.675	20.501.902	98,72	19.630.984	4,44	
Receita de Contribuições	2.548.399	2.605.276	102,23	2.232.630	16,69	
Receita Patrimonial	557.460	826.945	148,34	979.432	-15,57	
Receita Agropecuária	747	239	31,93	394	-39,50	
Receita Industrial	210	266	127	-	-	
Receita de Serviços	174.506	158.248	90,68	150.478	5,16	
Transferências Correntes	11.721.195	11.704.595	99,86	10.874.906	7,63	
Outras Receitas Correntes	987.332	1.133.125	114,77	918.137	23,42	
Receitas de Capital	5.153.184	1.845.557	35,81	1.555.666	18,63	
Operações de Crédito	3.289.580	907.500	27,59	1.015.196	-10,61	
Alienação de Bens	14.249	10.865	76,25	18.416	-41,00	
Amortização de Empréstimos	237.052	168.959	71,28	168.821	0,08	
Transferências de Capital	1.611.756	758.233	47,04	353.233	114,66	
Outras Receitas de Capital	546	-	-	-	-	
Receitas Intra-Orçamentárias	3.218.974	3.269.655	101,57	2.870.542	13,90	
Total das Receitas (I)	45.130.682	42.045.807	93,16	39.213.170	7,22	
Superávit Financ. Exerc. Anteriores (II)	3.699.475	716.310	-	222.309	-	
Receitas (III = I+II)	48.830.157	42.762.117	87,57	39.435.478	8,44	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

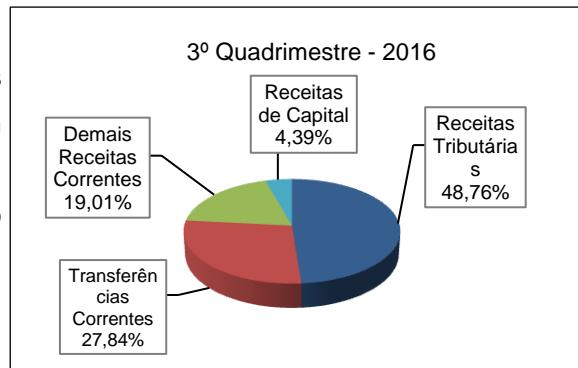
Nota: Os valores relativos a Conta Retificadora da Receita Orçamentária estão sendo deduzidos das contas de receitas correspondentes.

As Receitas estaduais realizadas no exercício 2016, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 42,05 bilhões, apresentando uma variação positiva de 7,22% em relação ao realizado em igual período de 2015. Da previsão anual atualizada das Receitas do Estado, verificou-se uma realização de 93,16%.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Das receitas realizadas no exercício 2016, destacaram-se as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com participações de 48,76% e 27,84%, respectivamente, do total arrecadado no período.



2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes são realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes. Nesta categoria encontram-se as receitas mais expressivas no âmbito estadual, tais como as oriundas dos tributos de competência do Estado e também as transferências da União (constitucionais, legais e outras).

No período de janeiro a dezembro de 2016, as receitas correntes somaram R\$ 36,93 bilhões, respondendo por 87,83% das receitas totais realizadas. Foram realizados 100,47% das receitas correntes anuais previstas e atualizadas, com uma variação positiva de 6,16% em relação a 2015.

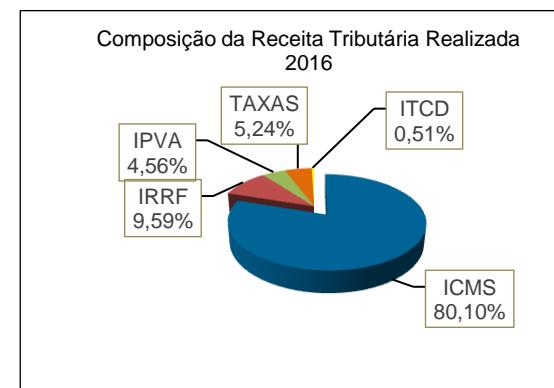
2.1.1 - Receitas Tributárias

Detalhamento	Previsão Atualizada 2016	Realizado - Janeiro a Dezembro				Variação Nominal (%) 2016/2015
		2016	Previsão Atualizada (%) Realizado	2015	Variação Nominal (%) 2016/2015	
ICMS	16.742.588	16.421.373	98,08	15.636.440	5,02	
IRRF	1.950.000	1.965.450	100,79	2.045.514	-3,91	
IPVA	925.033	935.847	101,17	894.428	4,63	
ITCD	70.938	104.219	146,92	84.970	22,65	
Taxas	1.080.117	1.075.013	99,53	969.632	10,87	
Total das Receitas Tributárias	20.768.675	20.501.902	98,72	19.630.984	4,44	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

Nota: Os valores relativos a Conta Retificadora da Receita Orçamentária estão sendo deduzidos das contas de receitas correspondentes.

O montante das receitas tributárias, no valor de R\$ 20,50 bilhões, apresentou um incremento de 4,44%, em relação ao exercício 2015. Do valor previsto atualizado para o ano de 2016, verificou-se uma realização de 98,72%.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

A maior fonte de receita do Estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS teve uma participação de 80,10% no total de Receitas Tributárias realizadas. As demais receitas tributárias, a saber, IPVA, IRRF, Taxas e ITCD somaram 19,90%.

ICMS - O principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, realizou em 2016, o total de R\$ 16,42 bilhões, contra R\$ 15,64 bilhões realizados no mesmo período de 2015, significando assim, um incremento de 5,02%. Foram realizados 98,08% da previsão anual atualizada.

IPVA - Os recursos oriundos do IPVA totalizaram R\$ 935,85 milhões, no exercício, com um acréscimo de 4,63% se comparado ao realizado no mesmo quadrimestre do ano anterior. Foram realizados 101,17% do previsto atualizado para 2016.

TAXAS – As Taxas arrecadadas em 2016 somaram o valor aproximado de R\$ 1,08 bilhões, com um acréscimo de 10,87%, comparando-se com exercício 2015. Quanto ao valor orçado foram realizados 99,53% do total atualizado.

ITCD - A realização somou R\$ 104,22 milhões, apresentando um aumento de 22,65% em relação ao exercício 2015. Do total orçado atualizado, foram realizados 146,92%.

IRRF – No exercício 2016, o valor contabilizado foi de R\$ 1,97 bilhões com uma variação negativa de 3,91% em relação ao exercício de 2015, tendo sido realizados 100,79% do valor previsto atualizado para 2016.

2.1.2 - Transferências Correntes

No exercício 2016, as Transferências Correntes contribuíram com 31,69% das Receitas Correntes realizadas, apresentando um acréscimo de 7,63% em relação ao exercício anterior. Com relação ao previsto atualizado, foram realizadas 99,86 das Transferências Correntes. Merece destaque em termos de participação no total das Transferências Correntes, a realização das Transferências da União – FPE, do retorno FUNDEB e do repasse SUS, as quais participaram, no total, com percentuais de 55,41%, 25,21% e 11,62%, respectivamente.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Transferências Correntes

Em Mil Reais

Detalhamento	Previsão Atualizada 2016	Realizado - Janeiro a Dezembro			
		2016	Previsão Atualizada (%) Realizado	2015	Variação Nominal (%) 2016/2015
FPE - Fundo de Participação dos Estados	6.292.459	6.485.613	103,07	5.741.614	12,96
IPI Exportação	238.214	175.243	73,57	224.255	-21,86
SUS - Recursos do Sistema Único de Saúde	1.474.261	1.359.817	92,24	1.512.568	-10,10
Salário Educação	118.514	106.070	89,50	121.132	-12,44
Compensação Financeira - Royalties	191.363	96.087	50,21	116.421	-17,47
FNDE -Fundo Nacional de Desenvol. e Educação	107.605	20.500	19,05	73.638	-72,16
LEIKANDIR - Transf. Financ. do ICMS - LC 87/96	43.485	43.485	100,00	43.485	-
CIDE - Contrib. de Intervenção Domínio Econômico	84.052	83.750	99,64	31.081	169,45
Auxílio Exportação-Aux.Financ.Estados Exportadores	66.440	99.268	149,41	68.968	43,93
Outras Transferências da União	17.051	14.857	87,13	10.008	48,45
Transferências do FUNDEB	2.834.021	2.950.652	104,12	2.818.380	4,69
Transferências de Convênios	253.729	269.254	106,12	113.356	137,53
Total das Transferências Correntes	11.721.195	11.704.595	99,86	10.874.906	7,63

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

Nota: Os valores relativos a Conta Retificadora da Receita Orçamentária estão sendo deduzidos das contas de receitas correspondentes.

FPE – Em 2016, o repasse dos recursos do FPE atingiu R\$ 6,49 bilhões, com um acréscimo de 12,96%, na comparação com 2015. Foram realizados 103,07% do valor previsto atualizado para 2016. Este substancial incremento ocorreu em função da Lei 13.254/2016 que trata da repatriação de valores.

FUNDEB - As Transferências do FUNDEB atingiram o montante da ordem de R\$ 2,95 bilhões em 2016 contra R\$ 2,82 bilhão no ano anterior, ou seja, um acréscimo de 4,69%. Houve uma realização de 104,12% do valor previsto atualizado.

SUS - As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram R\$ 1,36 bilhões, em 2016, uma redução de 10,10%, comparado ao realizado em 2015. Houve uma realização de 92,24% em relação ao valor previsto atualizado.

IPI - Os recursos oriundos do IPI Exportação realizados até o em 2016 somaram R\$ 175,24 milhões, com uma variação negativa de 21,86% em relação a 2015. Do valor previsto atualizado foram realizados 73,57%.

Os recursos de Royalties apresentaram uma redução de 17,47%, totalizando R\$ 96,09 milhões, enquanto que o Salário Educação registrou um total de R\$ 106,07 milhões, com uma diminuição de 12,44%, em 2016, comparados com 2015.

TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - apresentaram uma variação positiva de 137,53%, tendo sido realizados 106,12% dos recursos previstos no orçamento atualizado para 2016, totalizando R\$ 269,25 milhões.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

CIDE – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - Os recursos remanescentes provenientes desta receita totalizaram R\$ 83,75 milhões, com um aumento de 169,45% em relação a 2015.

FNDE – Os recursos realizados desta rubrica atingiram o montante de R\$ 20,50 milhões, representando uma variação negativa de 72,16%. Foram realizados 19,05% do valor orçado atualizado para 2016.

LEI KANDIR – Foram executados R\$ 43,48 milhões, com realização e crescimento de zero, em relação a 2015.

Em relação às Outras transferências da União, que somaram R\$ 14,86 milhões, verificou-se um aumento de 48,45%, decorrente principalmente do aumento das Transferências da União para o Desporto que passou de R\$7,61 milhões em 2015 para R\$8,19 milhões em 2016, e o Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, que teve transferidos R\$3,68 milhões em 2016 ante R\$1,64 milhão em 2015.

2.2 - Receitas de Capital

Detalhamento	Previsão Atualizada 2016	Receitas de Capital				Em Mil Reais	
		Realizado - Janeiro a Dezembro					
		2016	Previsão Atual (%) Realizado	2015	Variação Nominal (%) 2016/2015		
Operações de Crédito	3.289.580	907.500	27,59	1.015.196	-10,61		
Operações de Crédito Internas	2.000.420	726.405	36,31	937.130	-22,49		
Operações de Crédito Externas	1.289.160	181.095	14,05	78.066	131,98		
Alienação de Bens	14.249	10.865	76,25	18.416	-41,00		
Amortização de Empréstimos	237.052	168.959	71,28	168.821	0,08		
Transferências de Capital	1.611.756	758.233	47,04	353.233	114,66		
Outras Receitas de Capital	546	-	-	-	-		
Total das Receitas de Capital	5.153.184	1.845.557	35,81	1.555.666	18,63		

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

No exercício 2016, as Receitas de Capital totalizaram R\$ 1,85 bilhão contra R\$ 1,56 bilhão realizados em 2015, apresentando um acréscimo de 18,63%. Com relação ao previsto anual atualizado foi realizado 35,81% nessa rubrica.

Observa-se que as Operações de Crédito totalizaram R\$ 907,50 milhões, com um decréscimo de 10,61% em relação ao ano de 2015. Foram realizados 27,59% do previsto atualizado para este item, reflexo do decréscimo verificado nas operações de crédito internas (-22,49%), conforme demonstrado.

A receita de Amortização de Empréstimos totalizou R\$ 168,96 milhões. Em relação a 2015, este item apresentou um acréscimo de 0,08%, realizando 71,28% do valor orçado atualizado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

As alienações de bens totalizaram 10,86 milhões, representando uma variação negativa de 41,00% em relação a 2015, tendo realizado 76,25% do previsto atualizado para 2016.

As Transferências de Capital totalizaram R\$ 758,23 milhões, relativos às Transferências de Convênios, as quais foram realizadas apenas 47,04% do montante previsto atualizado. Verificou-se, ainda assim, um aumento de 114,66% em relação ao mesmo período de 2015.

3. DESPESAS

As despesas executadas em 2016 totalizaram R\$ 42,76 bilhões, correspondentes a 87,57% do valor previsto atualizado. Registrou-se um aumento de 8,44%, comparando-se com 2015.

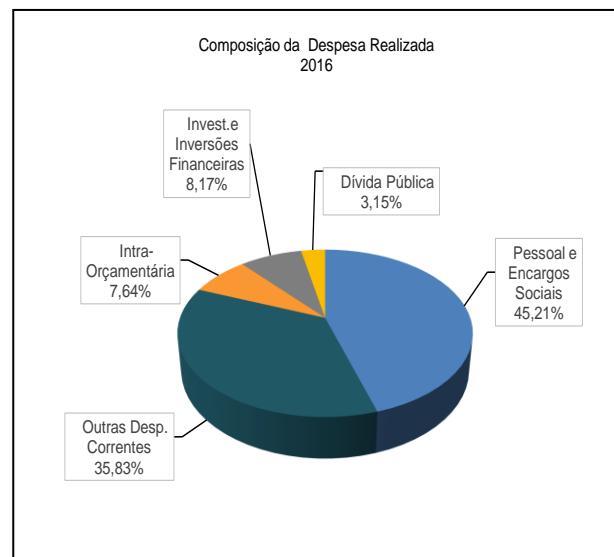
Detalhamento	Previsão Atualizada 2016	Balanço Orçamentário da Despesa			
		2016	Previsão Atual (%) Realizado	2015	Variação Nominal (%) 2016/2015
Despesas Correntes	37.417.468	35.212.691	94,11	33.025.654	6,62
Pessoal e Encargos Sociais	19.950.011	19.333.678	96,91	18.213.540	6,15
Juros e Encargos da Dívida	557.101	556.602	99,91	633.857	-12,19
Outras Despesas Correntes	16.910.356	15.322.411	90,61	14.178.258	8,07
Despesas de Capital	8.059.212	4.280.406	53,11	3.528.084	21,32
Investimentos	6.781.903	3.241.531	47,80	2.292.138	41,42
Inversões Financeiras	488.732	250.438	51,24	281.031	-10,89
Amortização da Dívida	788.577	788.437	99,98	954.915	-17,43
Reserva de Contingência	4	-	-	-	-
Despesas Intra-Orçamentárias	3.353.473	3.269.020	97,48	2.881.740	13,44
Total das Despesas	48.830.157	42.762.117	87,57	39.435.478	8,44

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAC/COPAF(RREO - Anexo 1 LRF,art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

Em 2016, as despesas correntes totalizaram R\$ 35,21 bilhões, representando uma realização de 94,11% do valor previsto atualizado para o ano e uma elevação de 6,62% na comparação com o mesmo período de 2015.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Dentre as despesas Correntes, as mais representativas são as despesas com Pessoal e Encargos, no montante de R\$ 19,33 bilhões, correspondendo a 45,21% do total geral das despesas. Verificou-se uma execução de 96,91% do total fixado e um acréscimo de 6,15%, em relação a 2015.

As Outras Despesas Correntes, que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 15,32 bilhões, correspondentes a 90,61% do fixado atualizado para o ano.

Já os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 556,60 milhões, correspondendo a 99,91% da previsão anual atualizada e uma redução de 12,19% em relação a 2015.

3.2 - Despesas de Capital

Despesas de capital constituem dispêndios que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial. Em 2016, as Despesas de Capital totalizaram R\$ 4,28 bilhões com uma elevação de 21,32%, se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 3,24 bilhões, seguindo-se a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 788,44 milhões, e Inversões Financeiras, com um total de R\$ 250,44 milhões.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

No comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas no período, o Resultado Orçamentário apresentou Superávit Corrente de R\$ 1,72 bilhão, resultante de uma Receita Corrente total de R\$ 40,20 bilhões, para uma Despesa Corrente total de R\$ 38,48 bilhões.

Quando incluídas as despesas de capital, verificamos déficit primário de R\$ 716 milhões, suportado por superávit financeiro.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Resultado da Execução Orçamentária

Em Mil Reais

Especificação	Janeiro a Dezembro		
	2016	2015	Variação Nominal (%) 2016/2015
Receitas Correntes	40.200.250	37.657.504	6,75
(-) Despesas Correntes	38.481.711	35.907.395	7,17
Superávit Corrente (I)	1.718.539	1.750.109	-1,80
(+) Receitas de Capital (II)	1.845.557	1.555.666	18,63
(-) Despesas de Capital (III)	4.280.406	3.528.084	21,32
Déficit/ Superávit Orçamentário (I+II-III)	-716.310	-222.309	222,21

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1,LRF,art. 52,inciso I, alinea a e b do inciso II e §1º).

Nota:A apuração do Resultado Orçamentário Corrente inclui as receitas e despesas intra-orçamentárias.

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite máximo permitido pela LRF, em cada Poder e também no Ministério Público.

Detalhamento	Percentual em Relação a RCL	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Poder Executivo ¹	46,32	43,74	46,17	48,60
Poder Legislativo	2,63	3,06	3,23	3,40
Assembléia Legislativa	1,41	1,68	1,78	1,87
Tribunal de Contas do Estado	0,72	0,81	0,86	0,90
Tribunal de Contas dos Municípios	0,51	0,57	0,60	0,63
Poder Judiciário	5,08	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,50	1,80	1,90	2,00
Total do Estado	55,53	54,00	57,00	60,00

RCL últimos 12 meses = R\$ 28.714.179 mil

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 1,LRF, art. 55, inciso I, alinea "a").

Nota ¹: Refere-se ao Poder Executivo somado à Defensoria Pública, considerando apenas o Poder Executivo, o total da Despesa de Pessoal foi de R\$ 13.156.573,01 representando 45,82 % da RCL.

Com referência ao limite de pessoal consolidado, o Estado da Bahia atingiu 55,53% da citada Receita, nos 12 meses de 2016.

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Conforme estabelecido na Constituição Federal, o Estado deve aplicar anualmente, nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual de 25% da Receita

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI. Deve-se, portanto, comprovar o cumprimento deste limite no final do exercício.

Em 2016, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino totalizaram R\$ 6,57 bilhão, representando 26,06% da Receita Líquida de Impostos, acima do limite estabelecido na Constituição Federal que é de 25%.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		Em Mil Reais	
Descrição	Realizado - 3º Quadrimestre		
	2016	2015	
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	25.212.835	23.715.743	
Valor aplicado das Despesas Próprias com Educação	6.570.136	6.630.691	
Percentual Aplicado em Educação	26,06%	27,96%	

Limite Constitucional Anual¹: 25%

Fonte:FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 8,LDB, art.72)

Nota 1: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 25% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício - C

Em 2016, o valor destinado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB foi de R\$ 4,63 bilhões, tendo o Estado recebido de retorno o valor de R\$ 2,95 bilhões.

Demonstrativo - FUNDEB				Em Mil Reais
Exercício	Aporte	Retorno	Resultado Apurado	
2011	-3.046.723	2.201.822	-844.901	
2012	-3.273.514	2.534.542	-738.972	
2013	-3.755.493	2.541.022	-1.214.471	
2014	-4.099.515	2.764.185	-1.335.329	
2015	-4.333.579	2.818.390	-1.515.192	
2016	-4.633.958	2.950.661	-1.683.297	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Receitas e Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos com Saúde Em Mil Reais

Descrição	Realizado - 3º Quadrimestre	
	2016	2015
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	25.212.835	23.715.742
Valor aplicado das Despesas Próprias em Saúde	3.149.567	3.010.405
Percentual Aplicado em Saúde	12,49%	12,69%

Limite Constitucional Anual¹: 12%

Fonte:FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 12 , LC 141/2012, art.35).

Nota¹: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 12% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício,CF/88

Em 2016, as despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 3,15 bilhões, correspondendo a 12,49% em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências, indicando que no decorrer do exercício será alcançado o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012.

8. RESTOS A PAGAR

Do total de Restos a Pagar Inscritos ao final do exercício de 2015, foram pagos R\$ 655,50 milhões, representando um percentual de 98,63% dos Inscritos, abatidos os Cancelados, e restando um saldo a pagar de R\$ 9,13 milhões.

Demonstrativo dos Restos a Pagar Em Mil reais

Descrição	Inscritos (a)	Cancelados (b)	Pagos (c)	Variação (%) (c/(a-b))	A Pagar
Poder Executivo	745.781	138.364	598.496	98,53	8.921
Poder Judiciário	57.802	13.348	44.244	99,53	211
Poder Legislativo	9.914	5.132	4.781	99,97	1
Ministério Público	1.149	425	724	100,00	0
Defensoria Pública	8.153	896	7.257	100,00	0
Total	822.800	158.165	655.502	98,63	9.133

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO, LRF - Anexo 7, art.53, inciso V).

9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais. Não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos, de alienação de bens e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Demonstrativo do Resultado Primário		Em Mil Reais
Detalhamento	Realizado - Janeiro a Dezembro	
	2016	2015
Receitas Primárias Correntes (I)	39.448.023	36.743.194
Receitas Primárias de Capital (II)	758.233	353.233
Receita Primária Total (III) = (I+II)	40.206.256	37.096.427
Despesas Primárias Correntes (IV)	37.925.109	35.273.538
Despesas Primárias de Capital (V)	3.398.985	2.393.376
Despesa Primária Total (VI) = (IV+V)	41.324.094	37.666.914
Resultado Primário (III - VI)	(1.117.839)	(570.487)

Meta do Resultado Primário LDO: R\$ (1.988.790) mil.

Fonte : FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 6,LRF,art.53,inciso III).

Em 2016, o Resultado Primário foi de R\$ 1,12 bilhão (negativo), evidenciando que o desempenho das receitas fiscais cobriu parcialmente as despesas fiscais, tendo sido superior, no entanto, à meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 1,99 bilhão (negativo).

10. DÍVIDA PÚBLICA

Em 2016, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 20,17 bilhões, sendo R\$ 9,32 bilhões originários da dívida interna, R\$ 7,97 bilhões da dívida externa e as outras dívidas totalizando R\$ 2,89 bilhões.

Discriminação	Dívida Consolidada		Em Mil Reais
	Saldo do Exercício		Variação (%)
	2016	2015	
Interna	9.317.991	9.170.965	1,60
Externa	7.966.515	9.720.546	-18,04
Outras ¹	2.888.156	2.016.224	43,25
Total	20.172.662	20.907.735	-3,52

Fonte :FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alinea b).

Nota¹: Refere-se a precatórios vencidos a partir de 04/05/2000, além de INSS e PASEP.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

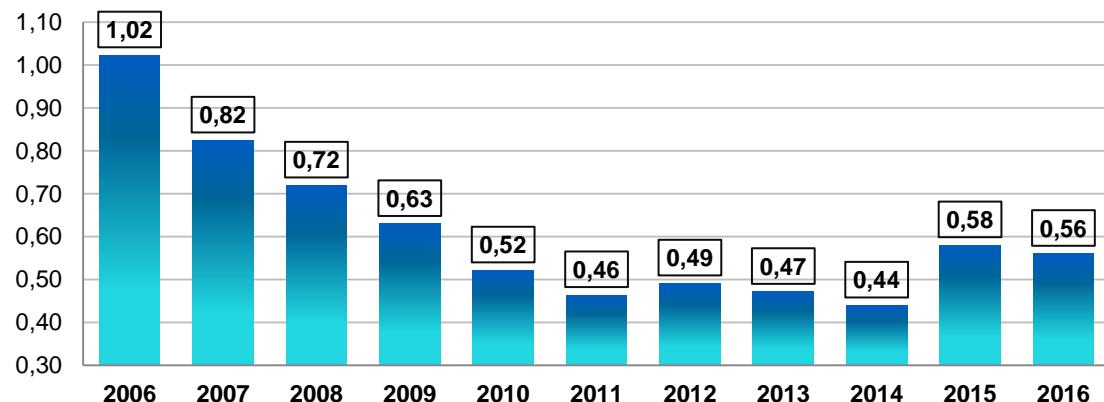
Dívida Consolidada Líquida x Receita Corrente Líquida		Em Mil Reais	
Descrição	DCL	RCL	DCL/RCL
2015	15.664.337	27.207.611	0,58
2016	16.015.641	28.714.179	0,56

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x Receita Corrente Líquida

Fonte :FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alínea b).

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL e a Receita Corrente Líquida correspondeu a 0,56 em 2016, relação bem inferior ao limite máximo fixado de 2 (duas) vezes a Receita Corrente Líquida, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relação DCL sobre RCL



11. CONCLUSÃO

Em 2016, o Estado registrou Déficit Primário no valor de R\$ 1,12 bilhões, atingindo assim a meta da LDO que era um Déficit de R\$ 1,98 bilhões. A Receita Total realizada no valor de R\$ 42,05 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 42,76 bilhões resultaram em Déficit Orçamentário de R\$ 716,31 milhões, que foram cobertos pelo Superávit Financeiro. O Resultado Nominal demonstrou um aumento do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 351,30 milhões.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Os limites referentes à dívida pública, às garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Os recursos aplicados em educação e saúde apresentam percentuais que confirmam o cumprimento das metas no decorrer do ano de 2016.

Os números apurados apontam para a manutenção do equilíbrio fiscal.

Salvador, 23 de fevereiro de 2017.

Observação: A Audiência Pública referente ao 3º quadrimestre de 2016 realizou-se no dia de 21 de março de 2017, decorrente de acordo no Legislativo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 20% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e à continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis, ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, amortização da dívida.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção dos serviços públicos, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de segurança social, a fim de evitar a dupla contagem. São, principalmente, as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do Serviço da Dívida a Pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fiplan

O Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia - Fiplan é produto do trabalho conjunto das Secretarias da Fazenda (Sefaz) e do Planejamento (Seplan), cujo objetivo é o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, contabilidade, execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas,

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Receitas Não Fiscais

São as receitas não decorrentes das ações precípuas do Governo, a exemplo das operações de crédito e aplicações financeiras.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente. Conforme sua natureza, os restos a pagar podem ser classificados em Processados e Não Processados.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida. Esse resultado indica em quanto a dívida aumentou ou reduziu no exercício ou num período determinado de tempo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF

<http://www.sefaz.ba.gov.br/>